Fernando Valente Pimentel*

O Brasil enfrenta um dos maiores desafios de sua história recente: o avanço alarmante do crime organizado em diversas esferas da sociedade, que compromete a segurança física e patrimonial dos cidadãos e ameaça os alicerces do Estado de Direito e o desenvolvimento econômico e social. Sua expansão corrói a confiança nas instituições, cria um ambiente de medo e incerteza entre os cidadãos e impõe custos adicionais aos negócios, desestimulando investimentos e prejudicando o crescimento. Além disso, o clima de insegurança incentiva a emigração de profissionais qualificados, privando o País do capital humano essencial para seu progresso.

O crime organizado tem demonstrado capacidade preocupante de penetrar em diversas atividades lícitas, corrompendo setores-chave da economia e da administração pública. Recentemente, surgiram suspeitas que ligam quadrilhas aos incêndios no interior de São Paulo, evidenciando a amplitude e a ousadia de sua atuação. Diante desse cenário, é imperativo que a sociedade mobilize-se para exigir dos poderes constituídos uma ação coordenada e eficaz contra essa ameaça crescente.

A complexidade e a escala do problema exigem uma resposta que vai além das ações isoladas das forças de segurança. É fundamental mobilização ampla da sociedade civil para promover a conscientização sobre a gravidade da situação e seus impactos de longo prazo, exercer legítima pressão sobre os políticos, as autoridades competentes e os Três Poderes e incentivar a colaboração cidadã com o Estado. Também é crucial apoiar iniciativas que ofereçam alternativas à marginalidade, especialmente para jovens em áreas vulneráveis, e demandar maior transparência nas ações governamentais e prestação de contas sobre os resultados obtidos no combate às facções.

Para enfrentar efetivamente o problema, é necessário que os Três Poderes atuem de maneira coordenada e determinada. O Executivo deve implementar políticas de segurança pública inteligentes, baseadas em evidências e com foco na prevenção e na repressão qualificada. O Legislativo precisa atualizar o arcabouço legal para facilitar as sanções, fechando brechas que favoreçam sentenças brandas em relação à gravidade de certos crimes e até a libertação precoce de bandidos perigosos. O Judiciário deve garantir a celeridade e a eficácia na aplicação da lei, evitando a sensação de impunidade que alimenta o ciclo

criminoso.

O futuro do Brasil está intrinsecamente ligado à sua capacidade de enfrentar e superar a ameaça do crime organizado. Este desafio requer mobilização sem precedentes da sociedade, unindo cidadãos, instituições e poderes constituídos em uma frente comum. Somente por meio de um esforço coletivo e persistente será possível reverter o quadro atual e construir um país mais seguro, justo e próspero para as gerações futuras.

A hora de agir é agora. Cada cidadão tem um papel crucial nessa luta, seja pelo engajamento cívico, da cobrança às autoridades ou da promoção de valores éticos em sua comunidade. O Brasil tem os recursos, o talento e a determinação necessários para vencer essa batalha. É preciso, contudo, que essa vontade converta-se em ação concreta e sustentada.

Vencer o grave problema depende da capacidade dos cidadãos de se unirem e se mobilizarem contra a ameaça do crime organizado, exigindo e apoiando medidas efetivas para sua contenção e erradicação. Somente assim poderemos assegurar um futuro de prosperidade, segurança e desenvolvimento para todos os brasileiros.

*Fernando Valente Pimentel é diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).